



# FAKE NEWS



**PATRICIA PECK PINHEIRO**  
ADVOGADOS



## O CUSTO SOCIAL DOS ABUSOS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET

Na atual realidade interconectada, a mediação entre as pessoas e a informação é feita cada vez mais em plataformas globais. É por meio das mídias sociais que muitos conteúdos são disseminados e conseguem grande alcance com o compartilhamento das postagens. Como a maioria das notícias é reproduzida sem filtragem significativa de terceiros ou checagem factual, cresce o número de publicações falsas, que além de reforçar determinados preconceitos e ideologias, geram tráfego e venda de anúncios. Somente em junho de 2017, cerca de 12 milhões de pessoas compartilharam fake news no Brasil.

Pesquisa realizada pelo jornal Folha de S. Paulo aponta que páginas de informações falsas engajaram cinco vezes mais pessoas (audiência) do que as de jornalismo em janeiro de 2018. Neste ano o veículo deixou de publicar conteúdo no Facebook por acreditar que o novo algoritmo da rede social, que prioriza as

publicações de amigos e familiares frente aos veículos de comunicação, promove a propagação de conteúdo falso. É o perigo da exposição seletiva a informações erradas, que na era dos dados, torna-se uma importante questão social, com sérios custos e impactos.

Logo, a disseminação de informações apenas por redes de amigos, e que podem ser falsas, tendenciosas ou equivocadas, envolve consequências reais inclusive na política, por reforçar a tendência do usuário a consumir cada vez mais conteúdo com o qual tem afinidade, favorecendo a criação de bolhas de opiniões e convicções. Ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e representantes do Google, Facebook, Twitter e Whatsapp vêm se reunindo para buscar soluções para combater a propagação de notícias falsas. É um cenário delicado, já que sob esse pretexto, a livre circulação de ideias e a liberdade de expressão podem ser prejudicadas.



## FALTA DE TRANSPARÊNCIA NOS ALGORITMOS

“O mundo se sente ansioso e dividido, e o Facebook tem muito trabalho a fazer”, declarou Mark Zuckerberg, CEO do Facebook. Após ter se envolvido em polêmicas, como a divulgação de conteúdos pagos por agentes russos no dia das eleições presidenciais norte-americanas, a rede social anuncia mudanças no seu algoritmo. Segundo a empresa, agora os usuários verão mais publicações de amigos e familiares, e menos conteúdo público como posts de empresas, marcas e sites de notícias, mas sem deixar claro que páginas nem que postagens tiveram seu alcance restringido.



## CUSTOS DOS ABUSOS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET

- Ação para remover fake news sobre alguém: R\$ 4.144,73 + 20% de sucumbência para o advogado (custo mínimo considerando tabela da OAB)
- Indenização por danos morais por publicação de notícia inverídica: R\$ 90 mil (2º Grau) e R\$ 22,5 mil (STJ)
- Tempo para obter liminar para a remoção de conteúdo: em média 4 dias úteis
- Prazo para remoção de conteúdo pelo Facebook: até 20 dias úteis para atender uma ordem judicial
- Projeto de Lei 6812/17 propõe criminalizar a produção de notícias falsas: pena de detenção de 2 a 8 meses e multa de R\$ 1,5 mil a R\$ 4 mil
- Site de notícias falsas Pensa Brasil: faturamento de R\$ 100 mil a R\$ 150 mil por mês



## POPULARIDADE É O NOME DO JOGO NAS MÍDIAS SOCIAIS

De acordo com a pesquisa “The Fake News Machine”, elaborada pela consultoria de segurança cibernética Trend Micro:

- Com orçamentos que começam por US\$ 2,6 mil e podem chegar a US\$ 400 mil é possível criar uma celebridade digital e até manipular um processo de decisão;
- É possível criar em um mês uma celebridade com mais de 300 mil seguidores utilizando robôs e perfis falsos para criar um séquito de seguidores por US\$ 2,6 mil;
- Com US\$ 1 mil, é possível comprar 4 mil comentários para criar uma ilusão de credibilidade;
- O custo para contaminar uma conta de Twitter com comentários falsos é de US\$ 240;
- Manipular a opinião pública custa aproximadamente US\$ 200 mil.



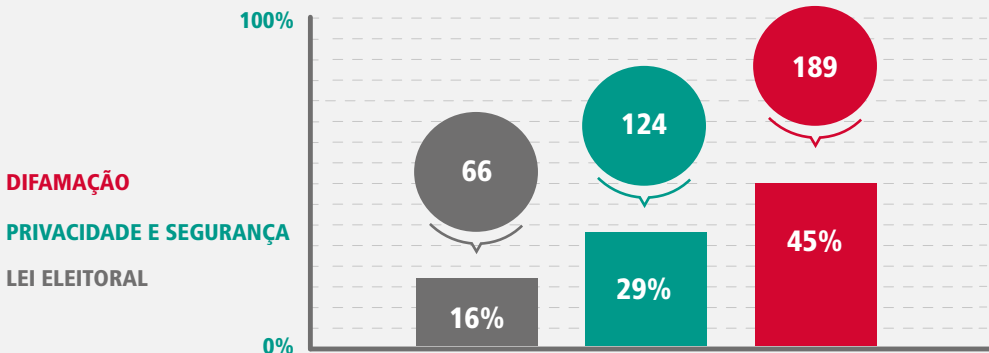
## PEDIDOS DE REMOÇÃO DE CONTEÚDO

Brasil só perde para a Rússia no ranking de países que mais enviam ordens para o Google remover conteúdo de suas plataformas: desde 2009, foram 5.261 solicitações de órgãos governamentais, quase 70% assinadas pelo Judiciário, envolvendo 54 mil itens na internet.

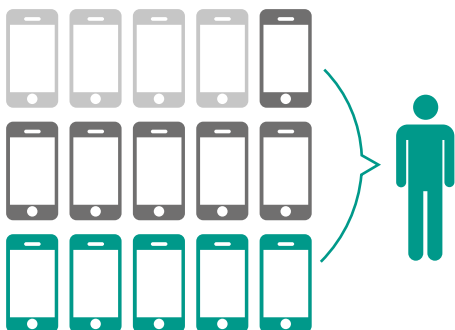
### MOTIVO

### ● NÚMEROS DE PEDIDOS

### ■ PERCENTUAL



Principais casos de solicitações de remoção (jul a dez/2016), fonte: Google/Transparency Report



## CONTEÚDO ELEITORAL FAKE NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Levantamento feito pela Universidade de Oxford analisou os compartilhamentos feitos por usuários do Twitter no estado de Michigan durante o período eleitoral. Do conteúdo apresentado como noticioso sobre política, 46,5% era de notícias falsas. Mais de 126 milhões de internautas dos EUA no Facebook foram expostos ao conteúdo produzido na Rússia sobre a eleição americana.



## POR UMA INTERNET MELHOR

Pesquisa lançada pela Microsoft indica que o Brasil ocupa a 10ª posição entre 14 países no índice de cidadania digital, que mede o quão bem a população se comporta na rede. Dos entrevistados brasileiros, 44% afirmaram que a perda de confiança nas outras pessoas é a principal consequência de uma interação negativa na internet. O número está acima da média global, que é de 39%.





+55 11 3068-0777



+55 11 98696-4188



+55 11 98229-4486



contato@peckadvogados.com.br



imprensa@peckadvogados.com.br



facebook.com/PatriciaPeckPinheiro



@patriciapeckadv



linkedin.com.br/company/patricia-peck-pinheiro-advogados



peck\_advogados



youtube.com/user/pppadvogados



**PATRICIA PECK PINHEIRO**  
ADVOGADOS



Rua Alves Guimarães, 462 - Conj. 53  
Pinheiros, São Paulo-SP, Brasil

**peckadvogados.com.br**